

PROGRAMA DE DISCIPLINA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE
DISCIPLINAS

DISCIPLINAS

CÓDIGO

NOME

ENGJ32

PARCELAMENTO TERRITORIAL

CARGA HORÁRIA

CRÉDITOS

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ANO

T	P	E	TOTAL	CRÉDITOS	ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO	ANO
34h	34h		68h			

EMENTA

Parcelamento territorial urbano e rural. O Cadastro como Base. Desmembramentos. Amembramento. Contrato de compra e venda. Escritura de posse. Escritura pública. Desapropriação. Loteamento. Condomínio. Parcela. Retificação de imóveis. Legislação vigente. Legislação Federal.

OBJETIVOS

Apresentar aos alunos os principais conceitos relacionados aos temas de parcelamento territorial, urbanismo, a legislação pertinente, as implicações nos projetos e as técnicas utilizadas em processos de parcelamento do solo.

METODOLOGIA

As aulas são compostas de conteúdos teóricos e práticos, exigindo do discente a leitura de textos básicos da área além de artigos relacionados aos princípios de Parcelamento Territorial

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Parcelamento Territorial Rural

1.1. Imóvel Rural

1.1.1. Definição

1.1.1.1. Conceito de Imóvel Rural de acordo com a Lei Federal nº 4.504/64 - Estatuto da Terra

1.1.2. Instrumentos jurídicos

1.1.2.1. Módulo Rural

1.1.2.2. Fração Mínima de Parcelamento

1.1.2.3. Módulo Fiscal

1.1.2.3.1. Minifúndio

1.1.2.3.2. Pequena Propriedade

1.1.2.3.3. Média Propriedade

1.1.2.3.4. Grande Propriedade

1.2. O bem imóvel e o seu aspecto jurídico

1.2.1. Lei de Registro Públicos

1.2.1.1. Sistema de Registro de Imóveis

1.2.1.1.1. Matrícula

1.2.1.1.2. Averbação

1.2.1.1.3. Escritura Pública

1.3. Loteamento e Parcelamento de Imóveis Rurais

1.3.1. Legislações e Normas

1.3.1.1. Lei Federal nº 4.504/64 - Estatuto da Terra

1.3.1.2. Decreto nº 62.504, de 8 de abril de 1968.

1.3.1.3. Lei Federal nº 5.868/72 - Sistema Nacional de Cadastro Rural

1.3.1.4. Lei Federal nº 6.015/73 – Lei de Registros Públicos

1.3.1.5. Instrução Normativa do INCRA 17-B de 1980

1.3.1.6. Lei Federal nº 10.267/2001

1.3.1.7. Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002

1.3.1.8. Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005

1.3.1.9. Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais

1.3.1.10. Código Florestal

1.3.1.11. Leis Municipais Vigentes

1.3.2. Parcelamento Territorial Rural

1.3.2.1. Divisão de Terras Particulares

1.3.2.1.1. Divisão Amigável

1.3.2.1.2. Divisão Judicial

1.3.2.1.3. Remembramento

1.3.2.2. Loteamento

1.4. Retificação de Registro Imobiliário

1.4.1. Retificação de Ofício

1.4.2. Retificação por Simples Requerimento

1.4.3. Retificação pelo Procedimento Sumário

1.4.4. Retificação pelo Procedimento Ordinário

1.4.5. Retificação Extrajudicial

1.4.5.1. Lei Federal nº 10.931


1.5. Parcelamento do solo e processo de urbanização

1.5.1. Noções de cadastro

1.5.2. Parcela

1.5.3. Aspectos urbanísticos, paisagísticos e ambientais do parcelamento do solo urbano

1.5.4. Loteamento, remembramento, desmembramento.


DENISE MARIA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Depto. de Engenharia
de Transportes e Geodésia

1.6. Projeto Urbano e condicionantes

- 1.6.1. Objetivos
- 1.6.2. Dados e métodos necessários ao parcelamento urbano
- 1.6.3. Sistema viário e hierarquização

1.7. Infraestrutura e equipamentos urbanos

- 1.7.1. Áreas públicas
- 1.7.2. Aspectos bioclimáticos
- 1.7.3. Vegetação
- 1.7.4. Aspectos hidrológicos

1.8. Legislação e planejamento

- 1.8.1. O Plano Diretor e suas implicações no parcelamento urbano
- 1.8.2. Leis de perímetro urbano, sistema viário, lei de uso e ocupação do solo
- 1.8.3. Estatuto da cidade
- 1.8.4. Aprovação administrativa
- 1.8.5. Lei 6766/79
- 1.8.6. Loteamentos fechados, irregulares e clandestinos
- 1.8.7. Regularização fundiária

1.9. Plano de loteamento

- 1.9.1. Fase preliminar
 - 1.9.2. Fase definitiva
 - 1.9.3. Zonas de interesse social
 - 1.9.4. Exigências de licenciamento
 - 1.9.5. Registro
-

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATHAYDES, Olmiro Gayer; ATHAYDES, Lisete A. Dantas Gayer. Teoria e prática do parcelamento do solo. São Paulo, SP: Saraiva, 1984. x, 121 p.

CARNEIRO, A.F.T.. Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis. Porto Alegre: Editora Sergio Fabris, 2003.

AFONSO A. M. C., Parcelamento do solo urbano: Loteamento e desmembramento. Belo Horizonte: O Lutador, 2007. 179 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUGUSTO, E. A. A.. Registro de Imóveis, Retificação de Registro e Georreferenciamento: Fundamento e Prática. São Paulo, Editora Saraiva, 2013.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1964.

BRASIL. Decreto nº 62.504, de 8 de abril de 1968. Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1968.

BRASIL. Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972. Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1972.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1973.

BRASIL. Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001. Altera dispositivos das Leis números 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19


DENISE MARIA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Depto. de Engenharia
de Transportes e Geodésia

de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2001.

BRASIL. Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002. Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis números 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005. Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2001.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, DF: Senado, 2001.

INSTRUÇÃO Nº 17-b DE 22 DE DEZEMBRO DE 1980. Boletim de Serviço nº 51, de 22/12/80. Dispõe sobre o parcelamento de imóveis rurais.

AUGUSTO, E. A. A. Manual Básico Retificação de Registro e Georreferenciamento: Comentários, Modelos e Legislação. Conchas, 2011.

ROLNIK, R., Instrumentos urbanísticos: concepção e gestão. Revista da ABGE (??).

SOBREIRA, F. G., SOUZA, L. A., Cartografia geotécnica aplicada ao planejamento urbano. Revista Brasileira de Geologia de engenharia e ambiental. 2008.

MORETI, R. S., Qualidade fora da lei. Revista Techne, nº 3, 1993.

MESQUITA, A. P., Parcelamento do solo urbano e suas diversas formas. 1 ed. rev. Curitiba/PR. IESDE Brasil, 2012.

CONDER., Região metropolitana de Salvador, legislação de parcelamento urbano e uso do solo metropolitano : expediente de análise. Salvador/BA. CONDER, 1986.

PREFEITURA DE SALVADOR. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: lei 7.400 de 2008, regulamentadora do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade de Salvador. Disponível em: http://www.desenvolvimentourbano.salvador.ba.gov.br/lei7400_pddu/index.php

Aprovado na Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica realizada em 19 de Setembro de 2014.

Aprovado na 373ª Reunião Ordinária do Departamento de Transportes realizada em 26 de Setembro de 2014.


DENISE MARIA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Depto. de Engenharia
de Transportes e Geodésia